



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

LEI Nº 2.769 – DE 09 DE MAIO DE 2.014

AUTORIZA O EXECUTIVO A ADERIR E PARTICIPAR DO “PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL”, COM O FORNECIMENTO DE AUXÍLIO MORADIA E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, RESPECTIVAMENTE, MEDIANTE PAGAMENTOS MENSIS DE RECURSOS PECUNIÁRIOS; E A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, PARA COBERTURA DAS DESPESAS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada no dia 08 de Maio de 2.014, **APROVOU** e eu – **HERMÍNIO DE LAURENTIZ NETO** - Prefeito Municipal **sanciono e promulgo** a seguinte ...

LEI:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a aderir ao “Projeto Mais Médicos para o Brasil”, regulado pela Portaria Interministerial MS/MEC nº. 1.369, de 8 de julho de 2013, e pela Portaria federal nº. 30, de 12 de fevereiro de 2014, do Ministro de Estado da Saúde, e a participar com o fornecimento, respectivamente:

I – de auxílio moradia, mediante a modalidade de recurso pecuniário, com o pagamento, direto e pessoal, do valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para cada um dos médicos participante, a fim de que providencie a contratação de aluguel de imóvel residencial, com padrão suficiente para sua acomodação e de seus familiares, por sua própria conta e risco, nesta importância compreendida as taxas de água, esgoto, energia elétrica, mais os custos eventuais de manutenção predial;

II – de auxílio alimentação, mediante a modalidade de recurso pecuniário, com o pagamento, direto e pessoal, do valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), para cada um dos médicos participantes e seus respectivos familiares, cabendo ainda à Prefeitura de Guariba assegurar os meios necessários para que possam dispor de água potável no desempenho de suas atividades profissionais de medicina.

§ 1º. O valor mensal dos recursos pecuniários disponibilizados na forma do inciso I, deste artigo, foi fixado de acordo com a realidade do mercado imobiliário local, devendo o médico participante comprovar, a cada período trimestral, que o auxílio financeiro está sendo utilizado tão somente para a finalidade de moradia.

§ 2º. Os valores monetários das despesas previstas neste artigo, como auxílio moradia e auxílio alimentação, serão revistos a cada doze meses, os do inciso I, de acordo com os índices oficiais de atualização dos contratos de locação imobiliária, e os do inciso II, de acordo com a variação do IPCA do IBGE, acumulada no período anual.

Art. 2º - Com relação às modalidades de que tratam os incisos I e II, do artigo 1º, desta lei, os médicos participantes deverão providenciar a abertura de conta corrente, em instituição financeira oficial local, para que a Prefeitura Municipal possa efetuar, direta e pessoalmente, os depósitos dos valores mensais dos auxílios alimentação e moradia, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Art. 3º - A Administração municipal deverá disponibilizar transporte adequado e seguro para os médicos participantes, caso seja necessário o deslocamento para locais mais distantes e de difícil acesso, a fim de desenvolvimento regular das atividades de rotina do “Projeto Mais Médicos para o Brasil”.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá informar ao Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Gerenciamento de Programa – SGP -, no link: <http://maismedicos.saude.gov.br>, quais as modalidades ofertadas aos médicos participantes e os respectivos valores dos recursos pecuniários, prazo e forma que estarão disponíveis.

Art. 5º - Os auxílios moradia e alimentação, pagos, mensalmente, aos médicos participantes do “Projeto mais Médicos para o Brasil”, através da modalidade de recursos pecuniários, não possuem natureza salarial, nem o desempenho das atividades profissionais caracteriza vínculo de natureza empregatícia, na forma da legislação trabalhista em vigor.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na lei orçamentária anual em vigor, crédito adicional especial, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 25.000,00, que será coberto com uma das fontes de recursos, desde que não comprometidos, indicadas pelos incisos I a IV, do § 1º, do artigo 43, da Lei federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Nos exercícios financeiros subsequentes, o Poder Executivo deverá providenciar a alocação de recursos, por meio de dotações próprias, nas próximas leis orçamentárias anuais, tendo em vista o prazo de vigência de três anos do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de abril de 2.014.

Guariba, em 09 de maio de 2014.


HERMÍNIO DE LAURENTIZ NETO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, e mandado publicar em órgão de imprensa escrita local, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública